



CÂMARA DOS DEPUTADOS, 06/março/95.

Prezado Jânio,

em continuidade à nossa iniciativa de representarmos ao Ministério Público Federal contra as concessões de LMDS, TRUNKING e PAGING, informamos-lhe que hoje, às 19 horas, em companhia do senador José Eduardo Dutra, estaremos em audiência com o ministro Sérgio Motta. Os principais tópicos desta conversa gravitará em torno dos seguintes aspectos:

1. provocar uma discussão, tanto mais técnica quanto possível, sobre o processo de concessão à LMP Consultoria e Representações;
nos interessa saber sobre a tramitação do processo, aspectos legais do sistema de concessões, exigências burocráticas, publicidade dos atos etc.
2. o objetivo deste ponto é discutir critérios técnicos, ver mecanismos para inibir o tráfico de influências e verificar a segurança do sistema, de modo que possa haver um controle da sociedade sobre as concessões; com estes subsídios poderemos estudar uma iniciativa legislativa para tornar o sistema mais seguro;
3. é nosso parecer que a renúncia às concessões por parte da LMP, de per si, não esgota a necessária apreciação judicial do ato no que diz respeito à responsabilidade criminal de eventuais favorecidos; insistiremos na



CÂMARA DOS DEPUTADOS

para que prossigam as investigações sobre as possíveis ligações entre a LMP, Djalma Moraes e Zé Aparecido;

5. por fim, além de demonstrarmos nossa inconformidade frente às proposta de emendas à Constituição, pois a nosso ver constitui-se em um cheque em branco a ser passado ao Executivo, posto que as propostas de regulamentação da matéria após a dita "flexibilização" não se apresentam, questionaremos e pediremos informações sobre os critérios— ou a falta destes —, que nortearam a "dação" de três órbitas de satélites á C.L.A.S.S, consórcio liderado pelo sistema GLOBOSAT.

Reitero nossa disposição de acompanhar este e outros casos que tais.

Fica o nosso gabinete aberto às tuas solicitações.

Um abraço.

Marcelo Déda

Pronunciamento de José Eduardo Dutra em 23/02/1995
Autor: José Eduardo Dutra (PT - Partido dos Trabalhadores/SE)
Data: 23/02/1995
Casa: Senado Federal
Tipo: Pronunciamento

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT-SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uso da palavra na tarde de hoje para informar a esta Casa a iniciativa que tomei, juntamente com o Deputado Federal Marcelo Deda, do PT de Sergipe, de encaminhar representação ao Exm^o Sr. Procurador-Geral da República, Dr. Aristides Alvarenga Junqueira, no sentido de que sejam investigadas as denúncias formuladas pela Folha de S.Paulo e pelo Correio Braziliense a respeito das concessões efetuadas, no final do Governo Itamar Franco, particularmente aquelas que foram concedidas à empresa LMP Consultoria e Representações.

A citada empresa, que ganhou a concessão de serviços que utilizam tecnologia e transmissão de TV de última geração chamada LMDS, que inclusive ainda está sendo testada nos Estados Unidos, foi formado a partir de um capital social no valor de 3 mil reais. É de se espantar que uma empresa que apresenta capital provavelmente insuficiente para comprar um bom televisor de última geração se credencie para explorar um serviço que, para ser implantado, por exemplo em São Paulo, exigiria um capital em torno de 3 milhões de reais - mil vezes, portanto, o capital da LPM.

É bom lembrar que a imprensa tem informado que há suspeitas de articulação de um verdadeiro mercado negro de concessões, em que empresas sem a mínima capacitação técnica ganhariam as concessões para negociá-las posteriormente com organizações que realmente teriam condições de implantar tais serviços. É preocupante também que a imprensa tenha registrado que o dono dessa LMP Consultoria e Representações Ltda., Sr. Luiz Mário Pádua, gozava de profunda amizade com o ex-Ministro das Comunicações, o Sr. Djalma Moraes.

Nesse sentido, a nossa representação solicita da Procuradoria-Geral da República:

"1 - A notificação do representado para que o mesmo possa oferecer ampla defesa, caso queira;

2 - A notificação do atual Ministro das Comunicações, Dr. Sérgio Motta, para que ele forneça cópia dos processos de concessão obtidos pela empresa LMP Consultoria e Representações Ltda.;

3 - Que seja aberto inquérito civil com a finalidade de identificar o elo de ligação entre o beneficiário das concessões Luiz Mário Pádua e o ex-Ministro das Comunicações Djalma Moraes, e caso se conclua que o ato da concessão estava maculado de vícios que ele seja declarado nulo de pleno direito, de acordo com o disposto em lei, tornando assim inexistentes as referidas concessões."

Encaminhamos, também, ofício externo ao Sr. Ministro Sérgio Motta pedindo informações a respeito das empresas: Orbcom Telecomunicações, Global Telecomunicações do Brasil, LMP Consultorias e Representações e Coherent Sistema de Telecomunicações - todas elas beneficiárias de concessões de canais de LMDS; se essas empresas encaminharam projetos técnicos referentes a essas concessões; se as empresas são beneficiárias de outras concessões anteriormente outorgadas pelo Ministério das Comunicações; se as mesmas passaram por algum processo de licitação prévia, e se têm comprovado domínio da tecnologia necessária para operar o sistema LMDS. Em caso negativo, quais seriam as empresas nacionais ou estrangeiras

responsáveis para garantir o acesso à tecnologia do citado sistema a essas novas concessionárias brasileiras.

Essa é uma medida que encontra paralelo com a iniciativa do Deputado Tilden Santiago, na Câmara dos Deputados, de projeto de decreto legislativo visando suspender as concessões efetuadas no final do Governo Itamar Franco.

Entendemos que essa iniciativa poderá contribuir inclusive para que se elucidem essas questões, de forma que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal - se comprovadas as nossas suspeitas - possam votar favoravelmente ao projeto de decreto legislativo que suspende essas concessões, por entender que é um assunto do máximo interesse da coletividade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

São Paulo, domingo, 19 de fevereiro de 1995

Itamar promoveu festival de concessões

ELVIRA LOBATO
DA REPORTAGEM LOCAL

As edições do Diário Oficial da União dos últimos cinco dias da gestão Itamar Franco mostram que o Ministério das Comunicações fez um festival de concessões para serviços de telecomunicação antes de transferir o comando para o governo de Fernando Henrique Cardoso. Foram dadas concessões para três tipos de serviço: trunking (telefonia móvel voltada para empresas), radiochamada (também conhecido como pager ou página, que é o serviço de mensagem que sucedeu os antigos bips) e para uma nova tecnologia de transmissão de TV chamada LMDS, que ainda está em testes nos EUA.

O LMDS não está em uso comercial nem mesmo nos Estados Unidos mas dez empresas foram autorizadas a testá-la no Brasil.

Esse sistema presta-se não só à transmissão de TV por assinatura, mas à telefonia e transmissão de dados, que serão abertos ao setor privado, se o Congresso aprovar o fim do monopólio estatal.

Grande negócio

Entre as outras cinco, há empresas pequenas e completamente desconhecidas. Uma delas é a LMP Consultoria e Representações, autorizada a testar a novíssima tecnologia do LMDS em São Paulo, Guarulhos, São Bernardo do Campo, Belo Horizonte, Betim, Contagem e Curitiba. Cada concessão corresponde a uma cidade.

A empresa foi registrada em maio do ano passado pelo mineiro Luiz Mário Pádua, que em 1991 apareceu no noticiário por um suposto namoro com a ex-primeira dama Rosane Collor.

Nesta época, ele era chefe do cerimonial do governo do Distrito Federal, por indicação do ex-governador José Aparecido de Oliveira, amigo de Itamar.

No dia 30 de dezembro de 94, a LMP ganhou permissão, por 15 anos, para explorar os pagers em 34 cidades, entre elas São Paulo, Goiânia e Salvador.

A empresa de Luiz Mário, que obteve ao todo 41 concessões do governo federal, foi registrada com um capital de CR\$ 4 milhões (cerca de R\$3 mil), com o endereço da casa dos pais do ex-chefe de cerimonial, em Belo Horizonte.

Segundo informações do mercado, para se implantar a radiochamada em São Paulo é preciso investir pelo menos R\$ 3 milhões (mil vezes o capital da LMP).

Contradição

O ex-ministro Djalma Moraes, que autorizou as permissões, disse à Folha que conheceu Luiz Mário Pádua, há cerca de quatro anos, através de José Aparecido.

Moraes disse que conversou com Luiz Mário antes de assinar as permissões e que ele estaria associado a uma empresa americana.

O dono da LMP disse à Folha que só conhecia o ex-ministro pelos jornais. Afirmou que três empresas americanas lhe garantiram acesso à tecnologia do LMDS mas que não possui sócios, nem cogita vender as concessões.

A disputa pelas concessões e a avalanche de portarias publicadas no final do governo pode ser explicada em cifras.

O trunking atende 2,3 milhões de usuários só nos EUA. No Brasil, estima-se que poderá gerar um faturamento anual de R\$ 1,28 bilhão a partir do ano 2000.

A radiochamada é usada por 18 milhões de americanos. Estima-se que 2 milhões de brasileiros em três anos poderão usar o serviço, o que daria um faturamento de R\$ 510 milhões por ano ao mercado.

No final do governo Itamar, o Ministério das Comunicações também lançou 21 editais para rádio e TV, que foram anulados pelo atual ministro, Sérgio Motta, junto com outros 132 editais remanescentes dos governos Sarney e Collor.

Esses editais foram cancelados porque os processos não tinham sido concluídos. As concessões de trunking, pagers e LMDS, já assinadas e publicadas no Diário Oficial, continuam em vigor.